

NOTA EDITORIAL DE DECISÃO

Decisão editorial: Aceite com correções obrigatórias (posteriormente cumpridas)

Editores-Chefes: Katherinne Maciel / Sidney Soares Filho

Data da decisão: 08/07/2026

1. Processo de avaliação

O manuscrito intitulado **“Escudo para agressores: uso da Lei da Alienação Parental como contragolpe em casos de violência doméstica”** foi submetido à *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas* e aprovado na etapa de triagem editorial, sendo posteriormente encaminhado à avaliação por pares, realizada por pareceristas externos à instituição editora, conforme o modelo adotado no fluxo editorial da revista.

Os pareceres emitidos recomendaram a aprovação do trabalho condicionada à realização de correções obrigatórias, envolvendo ajustes metodológicos, estruturais, teóricos e formais.

Com base nas avaliações recebidas e na análise do editor responsável pelo manuscrito, os Editores-Chefes elaboraram comunicação editorial consolidada aos autores, reunindo as exigências consideradas indispensáveis para a continuidade do processo editorial.

2. Transparência da Avaliação por Pares

2.1 Modelo de avaliação adotado para este artigo:

☒ Double-blind peer review (identidades de autores e avaliadores não reveladas durante o processo de avaliação)

☐ Single-blind peer review (identidade dos autores conhecida pelos avaliadores)

☐ Open peer review (identidades de autores e avaliadores abertas)

2.2 Opção de transparência após a decisão editorial (mediante consentimento de autores e avaliadores):

☒ Autores e pareceristas não optaram pela abertura das identidades.

☐ Autores e pareceristas optaram pela abertura das identidades após a decisão editorial.

Declaração editorial: A abertura de identidades ou pareceres no processo de avaliação depende de manifestação expressa e concordante de autores e pareceristas, em conformidade com as políticas de integridade científica e ciência aberta adotadas pela *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*.

3. Comunicação editorial de correções obrigatórias

A seguir, registra-se a comunicação encaminhada aos autores, elaborada pelo Editor-Chefe responsável, com fundamento nas avaliações dos pareceristas e na análise editorial do manuscrito:

Prezado(a) autor(a),

O artigo intitulado “Escudo para Agressores: Uso da Lei da Alienação Parental como Contragolpe em Casos de Violência Doméstica” foi submetido ao processo de avaliação por pares (*peer review*), sendo analisado por dois pareceristas externos e pela editoria da Pensar – Revista de Ciências Jurídicas.

Temos a satisfação de informar que o manuscrito foi muito bem avaliado, sendo reconhecido pela relevância e originalidade da pesquisa. Destacou-se, em especial, a robustez da investigação empírica desenvolvida, baseada na análise de 1.854 acórdãos de segunda instância, com amostra representativa por unidade da federação, constituindo contribuição metodológica sólida e pouco frequente na literatura sobre o tema. Também foram ressaltadas a relevância científica e social do estudo, suas potenciais implicações para o debate legislativo acerca da Lei da Alienação Parental e para o aprimoramento de políticas públicas de proteção às vítimas de violência doméstica, bem como a consistência entre os dados apresentados e as conclusões alcançadas.

Antes da aprovação definitiva para publicação, solicitamos a realização dos ajustes indicados a seguir, no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Caso necessitem de prazo adicional, solicitamos que essa necessidade seja informada pelo próprio sistema da Revista, na área de avaliação.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- As alterações deverão ser destacadas em vermelho no arquivo revisado.
- O novo arquivo deverá ser enviado pelo sistema da revista, no campo REVISÕES, disponível na aba AVALIAÇÃO.
- Solicitamos, ainda, o envio de uma carta-resposta, indicando, ponto a ponto, como cada uma das observações foi atendida.

SUGESTÕES DA EDITORIA E DOS AVALIADORES

1. Estrutura do manuscrito e metodologia

- Inserir uma introdução formal, explicitando de maneira objetiva:
 - o problema de pesquisa;
 - a pergunta de pesquisa;
 - os objetivos geral e específicos;
 - a justificativa da investigação.

- Criar uma seção metodológica autônoma, detalhando:
 - método de amostragem;
 - nível de confiança e margem de erro;
 - variáveis e categorias analisadas;
 - critérios de codificação;
 - critérios de inclusão e exclusão do corpus.

2. Elementos gráficos

- Inserir os Gráficos 1, 2 e 3, expressamente mencionados ao longo do texto, mas ausentes na versão submetida.
- Caso optem por não incluí-los, adequar a redação para eliminar referências a elementos inexistentes.

3. Fundamentação teórica

- Corrigir a informação relativa à origem do conceito de alienação parental, esclarecendo que sua formulação remonta a 1985, e não ao início dos anos 2000.
- Incluir a referência clássica:

GARDNER, Richard A. Recent trends in divorce and custody litigation. Academy Forum, v. 29, n. 2, p. 3–7, 1985.

- Recomenda-se ampliar a revisão de literatura sobre a relação entre alienação parental e violência doméstica, tanto no contexto brasileiro quanto em perspectiva comparada.
- Sugere-se, entre outras possibilidades, a inclusão da referência:

MEIER, Joan S. U.S. child custody outcomes in cases involving parental alienation and abuse allegations. Journal of Social Welfare and Family Law, v. 42, n. 1, p. 92–105, 2020.

4. Consistência dos dados apresentados

Solicita-se revisar os seguintes aspectos:

- harmonizar a divergência entre a taxa nacional apresentada na Seção 1 e aquela constante na Tabela 1;

- uniformizar a numeração das tabelas, considerando a referência existente à "Tabela 2";
- revisar ou justificar o dado relativo ao Estado do Rio Grande do Sul, identificado como potencialmente atípico;
- corrigir a formatação da linha referente à média nacional na Tabela 1.

5. Adequação do arquivo ao modelo da Revista

Solicita-se remover ou substituir todos os elementos remanescentes do template editorial, especialmente:

- placeholders de autoria;
- informações fictícias de afiliação institucional;
- dados editoriais ("Recebido", "Aceito", "Artigo ID");
- instruções internas de formatação;
- duplicação da lista de autores;
- correção do trecho em negrito identificado no resumo em inglês.

6. Referências, citações e padronização

Recomenda-se:

- uniformizar os links utilizados para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública;
- verificar a coerência das datas de acesso constantes nas referências;
- padronizar o formato das datas conforme as normas adotadas pela Revista;
- uniformizar a forma de citação do trabalho de Severi e Villarroel, inclusive corrigindo a grafia do sobrenome;
- eliminar a repetição da referência a Scott (1986);
- padronizar a numeração das seções do manuscrito.

SUGESTÕES OPCIONAIS (NÃO CONDICIONANTES À ACEITAÇÃO)

As observações abaixo ficam a critério das autoras e do autor, podendo contribuir para o fortalecimento do manuscrito:

- incluir, nas considerações finais, uma breve seção sobre as limitações da pesquisa;
- ampliar a análise qualitativa mediante a inclusão de novos trechos ilustrativos de acórdãos;
- inserir declaração de disponibilidade dos dados utilizados ou justificativa para sua não divulgação;
- incluir declarações de financiamento da pesquisa e de conflitos de interesse;
- ampliar a contextualização internacional do fenômeno estudado.

Reiteramos nosso reconhecimento pela elevada qualidade da pesquisa desenvolvida e pela importante contribuição que o trabalho oferece ao debate contemporâneo acerca da violência de gênero e do Direito das Famílias. Estamos convencidos de que, com os ajustes ora sugeridos, o manuscrito reunirá plenas condições para publicação na Pensar – Revista de Ciências Jurídicas.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e colaboração, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Sidney Soares Filho
Editor-Chefe – Revista Pensar – Revista de Ciências Jurídicas
Universidade de Fortaleza – UNIFOR

4. Cumprimento das exigências editoriais

Após o recebimento da versão revisada, verificou-se que os autores atenderam às recomendações formuladas, promovendo as adequações solicitadas quanto à metodologia, fundamentação teórica, organização textual, normalização bibliográfica e revisão de linguagem.

Os pareceristas e a editoria científica consideraram que as modificações realizadas resultaram no aprimoramento acadêmico do manuscrito, tornando-o apto à publicação.

5. Relatório de similaridade

O artigo foi submetido à verificação de originalidade por meio do software Turnitin, apresentando índice de similaridade de **18%**, analisado qualitativamente pela editoria.

Após exame do relatório e das revisões efetuadas, constatou-se que as ocorrências identificadas correspondem majoritariamente a citações devidamente referenciadas, expressões técnicas e elementos metodológicos, não havendo indícios de má conduta científica.

6. Decisão editorial final

Considerando:

- os pareceres favoráveis emitidos na avaliação por pares;
- o atendimento integral das correções obrigatórias solicitadas;
- a conformidade ética, científica e editorial do manuscrito;

os Editores-Chefes deliberaram pelo **ACEITE DEFINITIVO** do artigo para publicação na *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, no sistema de fluxo contínuo.

Prof. Dr. Sidney Soares Filho
Editor-Chefe da Revista Pensar
Pós-Doutorado pela Czestochowa University of Technology
Doutor em Direito | Doutor em Educação
sidney@unifor.br